

**Organizadores:**

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

# Diálogos sobre a Ditadura

Série  
Território  
Científico

SER  
TÃO  
CULT



**Organizadores:**

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

# Diálogos sobre a Ditadura



Sobral-CE

2021



## Diálogos sobre a Ditadura

© 2021 copyright by Editora Sertãoocult  
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138  
Renato Parente - Sobral - CE  
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222  
contato@editorasertaocult.com  
sertaocult@gmail.com  
www.editorasertaocult.com

### Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

### Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

### Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos  
Francisco Dênis Melo  
Geranilde Costa e Silva  
Gilberto Gilvan Souza Oliveira  
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros  
Valeria Aparecida Alves  
Raimundo Alves de Araújo  
Antonio Iramar Miranda Barros  
Camila Teixeira Amaral  
Telma Bessa Sales  
Juliana Magalhães Linhares  
Cicero João da Costa Filho  
Regina Celi Fonseca Raick  
Andréia Rodrigues de Andrade

### Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

### Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

### Capa

João Batista Rodrigues Neto

### Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

D536 Diálogos sobre a ditadura. / Antonio Jerfson Lins de Freitas,  
João Teófilo, Viviane Prado Bezerra. (Organizadores.). –  
Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

244p.

ISBN: 978-65-87429-89-2 - e-book - pdf

ISBN: 978-65-87429-90-8 - papel

Doi: 10.35260/87429892-2021

1. Ditadura- Brasil. 2. Fontes históricas. 3. História-  
Passado. 4. Pesquisa histórica. I. Freitas, Antonio  
Jerfson Lins de. II. Teófilo, João. III. Bezerra,  
Viviane Prado. IV. Título.

CDD 981.063  
907.2



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

# Organizadores

## **Antonio Jerfson Lins de Freitas**

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2007) e em História - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2019). Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

## **João Teófilo**

Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP). Foi pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV-SP. Suas pesquisas concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e à ditadura militar, abordando temas como cultura política, imprensa, memória e Justiça de Transição. Foi um dos organizadores da coletânea “A ditadura civil- militar em Sobral: aliança, ‘subversão’ e repressão” (2017) e é autor do livro “Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar” (2019).

## **Viviane Prado Bezerra**

Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

## Os entrevistadores

**Alexander da Silva Braz** é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integra, também, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

**Ana Marília Carneiro** é pós-doutoranda em História pelo programa CAPES Print/UFMG. É doutora e mestre em História pela UFMG e pesquisadora do Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG (LHTP/UFMG) e da HuManas: pesquisadoras em rede.

**Carolina Maria Abreu Maciel** é doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde pesquisa a formação da Juventude integrante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, entre as décadas de 1980 e 1990. É licenciada em história pela mesma instituição e mestre pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Entre os anos de 2010 a 2012 estagiou na Associação 64/68 - Anistia. Desde 2012 é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História e Documento: Reflexões sobre fontes históricas - GEPHD. Em 2019, passou a integrar o Grupo de Estudos e pesquisas de História e Gênero. Entre os anos de 2013 e 2014 foi membro da Comissão Interinstitucional da Verdade das Universidades Públicas UFC/UECE.

**Edilberto Florêncio dos Santos** é Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialista em Ensino de História do Ceará e em Gestão Cultural Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Sobral-CE e professor substituto do Curso de História da UVA. É Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória da Universidade Federal do Ceará-UFC e do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cidades e outras Artes-UVA.

**Gilberto Gilvan Souza Oliveira** é doutorando em História Social (PPGH-UFC), é mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Atuou como educador no núcleo educativo do Museu do Ceará (2013-2014). Atualmente é professor temporário do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE) e desenvolve pesquisas em torno da história do livro, da leitura e da produção editorial.

**José Valdenir Rabelo Filho** é Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: regimes autoritários, memória, história oral e ensino de história.

**Jucelio Regis da Costa** é graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2015). Doutorando em História, vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Docente da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte, no setor Metodologias de Ensino de História e Geografia, História da Educação Geral e Brasileira; Legislação e Organização da Educação Brasileira. Atuou como professor formador e tutor no Curso de História na modalidade EaD, pela UECE. Desenvolve estudos sobre imprensa, ditadura civil-militar e sociedade; História e Memória da Ditadura Brasileira. Atualmente leciona no setor de ensino de História e Geografia, em Iguatu-CE, na FECLI/UECE.

**Lucas Pedretti Lima** é doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em História Social da Cultura (2018) e graduado em História (2015) pela PUC-Rio. Integra o Núcleo de Memória e Direitos Humanos do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ). Foi pesquisador do Instituto de Estudos de Religião (ISER). Foi estagiário da Comissão Estadual da Verdade do Rio, sendo efetivado como assessor em julho de 2015. Foi assessor da Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade de janeiro de 2016 a agosto de 2017. Colaborou com o projeto de pesquisa “Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição”, do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio.

**Marina Mesquita Camisasca** é doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com mestrado (2009) e graduação (2005) na mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de História Oral (NHO) e do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP), ambos da UFMG. Possui experiência em história institucional e empresarial trabalhando na redação e editoração de livros, organização de arquivos, centros de memória e exposições. Realiza pesquisa na área de História Agrária, História do Brasil Republicano e História da Ditadura Militar.

**Rafael Júnior dos Santos** é graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2019). Atualmente é professor efetivo da Rede Municipal de Sobral. Participou do Programa de Educação Tutorial-PET (MEC/SeSu) de 2013 a 2016. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História e Cultura Política, da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Participa do Grupo de Pesquisa História e documentos: reflexões sobre fontes históricas, da Universidade Federal do Ceará-UFC. Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura política, memória, discurso, Ditadura.

**Telma Bessa Sales** é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora - Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral e reestruturação produtiva. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE) e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011, onde é líder do Grupo de Pesquisa de História Oral.

**Vera Lúcia Silva** é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É bolsista da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Publicou, junta a Ana Selma Silva de Aguiar, o livro “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979.



## Prefácio

Nas duas últimas décadas, aumentou consideravelmente o número de pesquisas sobre o período autoritário de duas décadas iniciado como o Golpe de 1964, no qual os militares estiveram no centro e no controle do poder político no Brasil. Além desse crescimento, houve um notável alargamento do conjunto de temas investigados. Novas abordagens, novos objetos e novos problemas somaram-se aos trabalhos mais antigos, marcados principalmente pela busca de se compreender a dinâmica política do período. Em particular, destaca-se a preocupação em integrar uma dimensão cultural ao acervo anterior de pesquisas.

Falta ainda, contudo, refletir mais sobre esse conjunto de estudos, num exercício de auto reflexividade da parte da própria comunidade de pesquisadores. Este livro vem, em boa hora, contribuir para reduzir esse déficit. Destaco três de suas qualidades. Uma, de não restringir a seleção dos entrevistados a pesquisadores do triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. Outra, a de incluir pessoas de diferentes gerações acadêmicas. Finalmente, o foco nas trajetórias de pesquisa dos entrevistados, com suas opções, apostas e acasos.

Aparecem, ao longo das entrevistas, importantes reflexões sobre diferentes dimensões desse conjunto de experiências de pesquisa. Elas vão desde a natureza das fontes disponíveis, incluindo questões relacionadas ao seu acesso, até discussões mais gerais sobre conceitos utilizados na análise, passando pelas configurações mutáveis da memória sobre o período. Ganham também destaque, nas entrevistas, os desafios de se fazer uma história tanto do “tempo presente” quanto uma “história pública”, imersas nos debates contemporâneos. Tudo isso, num terreno minado pela

“pós-verdade”, pelas *fake news*, por negacionismos de várias ordens e pela dinâmica vertiginosa das redes sociais.

Mais do que a narrativa de produtos acabados de diferentes pesquisas, que aparecem melhor em livros e artigos acadêmicos, pode-se nessas entrevistas acompanhar o processo de “artesanato intelectual” em ação, de que fala Wright Mills. Nesse sentido, o livro certamente servirá de inspiração a jovens pesquisadores que se dedicam (ou que se dedicarão) ao tema.

*Celso Castro*

**Professor, FGV CPDOC**

## A série Território Científico

O ato da escrita é um ato solitário, mas antes dele se concretizar, o autor precisa colecionar experiências, conhecimento, compartilhar ideias, trocar vivências com outras pessoas, ouvir novas histórias, enfim, ser impactado pelo convívio social, por aquilo que só é possível ser construído coletivamente.

E é exatamente a capacidade de nos conectarmos fisicamente que, embora já viesse sofrendo declínio nos últimos anos, foi mais afetada pelo atual cenário de pandemia no qual estamos inseridos. A Covid-19, além de uma ameaça real à vida das pessoas, levou ao extremo o processo de distanciamento que já experimentávamos. Ficar longe deixou de ser apenas um reflexo da rotina acelerada destas primeiras décadas do novo milênio. Graças ao vírus, tornou-se questão de sobrevivência.

O isolamento atingiu todos os aspectos da vida humana, e a produção do conhecimento científico não foi menos afetada, ainda mais em um país no qual atualmente essa produção já vinha sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela são encarados quase como inimigos do Estado. Nesse cenário, torna-se mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Assim nasceu o *Território Científico*, uma iniciativa que visa não apenas aproximar renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento entre si, mas possibilitar que compartilhem suas trajetórias, dificuldades e experiências com aqueles que escolherem seguir seus passos.

Com isso em mente, a *Editora SertãoCult* apresentou aos membros de seu conselho editorial a proposta de juntos promovermos uma série de

diálogos com pesquisadores que são referência em suas áreas de atuação, nos quais fazem um pequeno apanhado de suas trajetórias. Cada conjunto de diálogos ao final são transcritos e editados, compondo livros distribuídos gratuitamente no formato digital e oferecidos à venda em formato físico.

A série tem início com este volume, dedicado a um tema tão relevante, especialmente em nossa atual conjuntura político-social: a ditadura civil-militar. Nessa perspectiva, onze grandes historiadores que se dedicam a esta temática nos honraram ao aceitar contribuir com este projeto, dialogando com outros historiadores igualmente talentosos, nos brindando, nas próximas páginas, com uma verdadeira aula de como pesquisar um período tão sensível da história brasileira.

Não poderíamos estar mais orgulhosos do resultado deste esforço conjunto, que nos estimula a seguirmos empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Obrigado a todos que ajudaram neste primeiro passo da *Série Território Científico*!

Que venham os próximos volumes!

*Antonio Jerfson Lins de Freitas*

*Marco Antonio Machado*

**Coordenadores da Série Território Científico**

## Apresentação

A temática da ditadura militar brasileira passou por importante expansão nos últimos anos em relação às pesquisas desenvolvidas. É certo que por longo tempo ficou restrita a outras áreas, como a sociologia e a ciência política, e apenas posteriormente os historiadores resolveram tomá-lo como objeto de estudo. Há algumas razões para isso, dentre as quais destacamos certa resistência na área de história em pesquisar temas próximos a nós no tempo, além da dificuldade de acesso às fontes. Atualmente, esse cenário é diferente: a história do tempo presente/história recente é uma área em expansão no Brasil e muitos fundos documentais ligados ao Estado repressivo, por exemplo, estão acessíveis aos pesquisadores, alguns dos quais ainda pouco explorados.

Iniciar uma nova pesquisa representa grande desafio, sobretudo para aqueles iniciantes que, ao final de seus cursos de graduação, precisam encontrar um tema/objeto que venha a se transformar em suas monografias, em seus trabalhos de conclusão de curso. Logo, muitas são as dúvidas e inseguranças. Saber por onde começar é uma questão difícil; após começar, as dúvidas continuam ao longo da pesquisa. É algo intrínseco ao processo e, claro, também faz parte da vida de pesquisadores mais experientes.

O contato com a obra de historiadores e historiadoras que pesquisam ditadura nos põe diante de um universo complexo que ainda tem muito para ser estudado, apesar dos avanços recentes. Ocorre que nem sempre o percurso de pesquisa está visível nesses trabalhos. E mais: as questões que antecedem a produção desses estudos, mas também que acompanham a escrita, nem sempre estão perceptíveis. A menos que conversemos com essas pessoas, ficará difícil saber detalhes do que poderíamos chamar de bastidores da pesquisa ou *behind the scenes*.

Este trabalho que agora apresentamos, através de entrevistas com historiadores e historiadoras, traz vários elementos desses bastidores e nos põe em contato com seres humanos, de carne e osso, que tiveram suas inquietações, dúvidas, mostrando que seus caminhos quase nunca são lineares. Eles nos põem em contato também com seus processos de formação e com as questões que permearam suas principais pesquisas. Trata-se de material de grande utilidade, que poderá servir de inspiração, de guia, para aqueles que desejam iniciar na área ou melhor conhecer suas especificidades.

Na escolha dos convidados, preocupou-nos não apenas selecionar pesquisadores com trajetórias e formações diferenciadas - de modo a incorporar ao trabalho experiências que, fugindo dos meios tradicionais de atuação, contemplam o uso de novas ferramentas para a produção e divulgação do conhecimento histórico, a exemplo da Internet. Mas, buscamos diversificar, dentro das possibilidades, seus lugares de atuação, contemplando profissionais de outras regiões do país que não apenas o Sudeste. Além disso, e não menos importante, buscamos elaborar um trabalho equilibrado do ponto de vista de gênero, pois sabemos das invisibilidades que também estão presentes no mundo acadêmico, nem sempre dando a devida atenção que merece ter as pesquisas feitas por mulheres.

Juntou-se a nós nesta empreitada um time de entrevistadores cuja escolha também se pautou pelas questões anteriormente colocadas. Conhecedor dos trabalhos e trajetórias de seus entrevistados, esse time contemplou nas perguntas questões essenciais que ajudam a evidenciar os propósitos deste projeto, abordando temas de pesquisa, mas também trajetórias, uma vez que essas duas dimensões guardam entre si grande proximidade, havendo, em alguns casos, uma mútua influência. Noutras palavras, entrevistadores e entrevistados trilham um caminho que mostra ao leitor que as escolhas de temas e objetos de pesquisa também derivam de histórias de vida, sendo um processo permeado por subjetividades, por questões pessoais.

Diante do contexto de produção deste livro, marcado por discursos que buscam negar ou relativizar a ditadura militar, entendemos que o conhecimento histórico é importante antídoto. Esperamos, pois, que nosso esforço possa servir de inspiração para trazer para nosso campo de atuação novos nomes. E mais: que aqueles que tenham interesse no tema, mas sem ne-

cessariamente desejar ingressar na área, possam vislumbrar que a construção do conhecimento histórico é baseada em método, em erudição, em consulta a fontes, em crítica documental. O historiador trilha com seriedade um longo caminho até chegar às suas conclusões. Pode parecer óbvio, mas não custa reforçar: história não é opinião.

Ao encerrar esta apresentação, não poderíamos deixar de agradecer a todos aqueles que tornaram este projeto possível, em especial nossas entrevistadoras, entrevistadores, entrevistadas e entrevistados, e à Editora SertãoCult, que fez o convite e nos confiou a importante missão de tornar real algo dessa magnitude.

*Jerfson Lins*

*João Teófilo*

*Viviane Prado Bezerra*

**Organizadores**



# Sumário

<b>Ana Rita Fonteles Duarte.....</b>	<b>18</b>	Doi: 10.35260/87429892p.18-37.2021
<b>Carlos Fico.....</b>	<b>38</b>	Doi: 10.35260/87429892p.38-57.2021
<b>Caroline Bauer.....</b>	<b>58</b>	Doi: 10.35260/87429892p.58-80.2021
<b>Aírton de Farias.....</b>	<b>82</b>	Doi: 10.35260/87429892p.81-102.2021
<b>Edvanir Maia da Silveira.....</b>	<b>104</b>	Doi: 10.35260/87429892p.104-126.2021
<b>Marcos Napolitano.....</b>	<b>128</b>	Doi: 10.35260/87429892p.128-142.2021
<b>Samantha Viz Quadrat.....</b>	<b>144</b>	Doi: 10.35260/87429892p.144-165.2021
<b>Paulo César Gomes.....</b>	<b>166</b>	Doi: 10.35260/87429892p.166-181.2021
<b>Sônia Maria de Meneses Silva.....</b>	<b>182</b>	Doi: 10.35260/87429892p.182-202.2021
<b>Rodrigo Patto Sá Motta.....</b>	<b>204</b>	Doi: 10.35260/87429892p.204-223.2021
<b>Valéria Aparecida Alves.....</b>	<b>224</b>	Doi: 10.35260/87429892p.224-242.2021



**José Airton de Farias** nasceu em Santana do Acaraú-CE, em 1972. É doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de colégios, cursinhos e faculdades do Ceará por anos, atualmente ministra aulas no Instituto Federal do Ceará (IFCE). Já produziu vários livros didáticos e tem como campo de pesquisa a ditadura civil-militar brasileira, particularmente, a luta armada das esquerdas.

## Aírton de Farias

Edilberto Florêncio dos Santos  
Viviane Prado Bezerra

*Muita gente fica irritada porque o historiador toca aspectos que não são interessantes para o presente. O historiador toca nos pilares da memória hegemônica de relevar, esquecer ou idealizar a ditadura e seus diversos atores.*

**TC:** Professor, poderia começar contando um pouco da sua trajetória acadêmica, das suas experiências de pesquisa e do seu encontro com o tema ditadura-civil-militar?

**Aírton de Farias:** A minha produção como historiador tem muito a ver com o professor, não há uma separação, as duas carreiras se confundem. Durante muito tempo, dei aula em cursinhos, em Fortaleza. Só que o cursinho, com seu ritmo alucinado e quantidade de aulas, acaba te afastando da carreira acadêmica. Em certo momento, eu sentida a necessidade de estudar mais, voltar a pesquisar, voltar para a academia. Eu fiz Direito, inicialmente. Não segui carreira no Direito. Pessoas próximas me chamaram de louco na época por isso. Depois, fiz História na UECE, onde me encontrei. Devo muito à UECE, sou muito grato à UECE e à universidade pública. Se não fosse o ensino público, jamais teria realizado um curso superior nem tido a carreira acadêmica posterior. Então, eu comecei, no início dos anos 2000, a me dedicar a estudar o assunto, estudar a ditadura militar. Como tinha já escrito um livro didático sobre o Ceará, havia aquela curiosidade: como é que foi a ditadura militar no Ceará? Na época, também, aumentaram os debates e os estudos na academia sobre o assunto, tendo como referência os 40 anos do golpe de 64. Então,

me lancei aos estudos, passei a coletar materiais, a realizar entrevistas com ex-militantes da esquerda no estado. Daí nasceu um projeto de Mestrado, apresentado à Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2005. Esse projeto, inicialmente, visava estudar os comunistas durante o período militar no Ceará. Tive como orientador o professor italiano Luigi Biondi.<sup>1</sup> E o Luigi trabalhava com anarquistas. Então, havia uma certa proximidade dos temas, ou com os estudos das esquerdas. Nós concluímos que era quase impossível em um mestrado trabalhar sobre os comunistas, porque é um grupo muito grande. Se existem esquerdas, também existem comunistas, no plural. Há vários grupos comunistas e, após o golpe militar, o número desses grupos aumentou mais ainda. Assim, o recorte foi centrar nas organizações que realizaram ações armadas no Ceará, no caso, a Ação Libertadora Nacional - ALN, que era o grupo do Marighella, e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR, que era o grupo do Mário Moreira Alves. Definido o tema melhor, havia ainda o problema das fontes. Sabemos que os arquivos do período militar, no Brasil, não foram todos abertos. No Ceará, menos ainda. O Arquivo Público do Ceará tem uma parte do material, muito restrita, da DOPS<sup>2</sup>. Imagino, inclusive, que há muito material em mãos de particulares. Assim, recorreremos na pesquisa, como fontes principais, as entrevistas com os militantes e a produção da imprensa. Só que era uma pesquisa, na época, pioneira sobre a ditadura, sobre esse tema: luta armada no Ceará. A gente nem sabia, por exemplo, quais grupos tinham agido no Ceará ou quais ações haviam feito. Lembro que quando eu comecei o projeto, um colega de mestrado disse poderia ser uma pesquisa frustrante, porque não tinha nada sobre isso no Ceará. “*E teve essa luta armada?*” E aí a gente começou a ver os jornais e virou um negócio meio de detetive, de montar um enorme quebra-cabeça. No início, os grupos armados buscavam o anonimato. Para saber o que estava acontecendo, como eu não tinha os documentos oficiais, era necessário se atentar às entrelinhas dos jornais. O jornal noticia

---

1 Atualmente, Luigi Biondi é professor adjunto da Universidade Federal de São Paulo, EFLCH, Departamento de História, na área de História Contemporânea. Autor do livro: BIONDI, Luigi. *Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. São Paulo: editora da Unicamp, 2011.

2 Departamento de Ordem Política e Social.

um assalto de táxi, que o motorista foi pelos ladrões, que disseram onde o taxista poderia recuperar depois o carro – e ainda pagavam a corrida do taxi! Isso não é coisa de crime comum. Era uma ação política: um grupo de esquerda queria o táxi para realizar uma ação de expropriação, um assalto a um banco.

Paralelo a isso, cruzava informações com os ex-guerrilheiros. Eles muitas vezes, por desconforto, em virtude de novas posições políticas do presente, não gostavam de contar detalhes sobre as ações das quais participaram. Então, o historiador tem que refletir sobre o que está no jornal, sobre o que os ativistas dizem e o que não dizem, seus silêncios e traumas. Também tentar entender seus lugares sociais, suas origens. E aí era curioso como se notava as tradições cristãs, de preocupação com o outro e sacrificios, nas quais se inseriam os militantes. Apresentavam uma influência muito forte do catolicismo. Seja por questões de família, relações sociais, amigos, eram perceptíveis as tradições cristãs e judaicas que marcavam o modo de agir e pensar dos militantes, por mais que não se declarassem pessoas religiosas. Nesse sentido foi muito importante o pensamento do historiador inglês Thompson<sup>3</sup>: as tradições herdadas, como elementos que moldam e influenciam também o modo de ser dos indivíduos. Percebi como a cultura é um componente fundamental na formação das pessoas e na compreensão da história, para além do mecanicismo econômico. O Ceará é um local de forte tradição religiosa – e também de violência. Então, a opção dos militantes da esquerda armada pela violência política não estava tão longe das tradições e do jeito de fazer política no Ceará. A questão é que a violência dos grupos revolucionários focava numa ruptura da ordem social capitalista, o que era inconcebível para os grupos sociais dominantes e o Estado ditatorial. Dessa forma, a pesquisa foi caminhando, reflexões que levam a outras reflexões. Acabei descobrindo várias ações armadas feitas por esses agrupamentos no Ceará e toda a complexidade que é um tema como ditadura e luta armada. No doutorado, continuei trabalhando a luta armada, só que tratando dos militantes

---

3 THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2001. THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

na prisão. O que houve com eles depois da derrota do projeto revolucionário armado? Nesse caso, o grande referencial foi Certeau.<sup>4</sup> A tese é quase um trabalho sobre a politização do cotidiano prisional na ditadura. Entender como os ex-ativistas da luta armada foram mudando, no que toca à individualidade e a projetos políticos, a partir da experiência da prisão. A abordagem da tese é muito diferente do que foi trabalhando na dissertação.

**TC:** Sua tese sobre os presos políticos do Pavilhão Sete do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), onde ficavam os presos políticos aqui no Ceará, foi transformada em livro<sup>5</sup>. Gostaria que você falasse um pouco mais dessa abordagem sobre o cotidiano dos presos políticos da ditadura aqui no Ceará a partir de sua pesquisa.

**Airton de Farias:** Quando esses presos são derrotados, eles imaginam que vão deixar a prisão muito rapidamente. Imaginavam piamente que o projeto revolucionário não tinha sido derrotado. Então, à medida que o tempo passa e o projeto da luta armada se mostra derrotado, eles vão começar a mudar a identidade. A pesquisa tem esse propósito: analisar como as práticas cotidianas dos militantes, do IPPS, aqui perto de Fortaleza, permitiram que esses militantes de esquerda fossem mudando suas identidades. De revolucionários encarcerados no começo dos anos 1970 para presos políticos a seguir e, depois, de defensores da democracia. E aí, há todo um esforço para diferenciá-los dos presos comuns. Inclusive, eram colocados separados no presídio. O governo militar os separou, porque temiam que, de repente, os grupos armados pudessem influenciar os presos comuns. Mas havia certa “despeita”, digamos assim, por parte dos presos comuns, porque viam os militantes da esquerda armada, que eram de classe média, eram universitários, como se fossem pessoas que se achassem melhor. Na verdade, os presos políticos tinham direitos que os comuns não possuíam, por sua organização interna, nos chamados coletivos, e pelas brechas que abriam no sistema carcerário, aproveitando-se da própria condição de inimigos da ditadura. Então, por exemplo, os presos políticos fizeram a horta e os presos comuns,

---

4 CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

5 FARIAS, Airton de. **Pavilhão Sete**: Presos políticos da ditadura militar. Fortaleza-CE: Expressão Gráfica e Editora, 2019.

constantemente, jogavam papel higiênico sujo na horta. Claramente, esse ato era uma ação de desprezo contra os presos “subversivos”. Os presos políticos queriam mostrar que não eram “bandidos” como o regime militar pregava, porque o regime militar não reconhecia que houvesse - no começo, pelo menos - presos políticos no Brasil. Por isso, o esforço de se manterem separados dos presos comuns. Ou seja, havia um esforço de buscar a identidade de presos políticos, pessoas mantidas encarceradas pela ditadura por razões políticas.

Quando o regime militar começa a entrar em crise, na parte final dos anos 1970, os presos vão construindo outra identidade, a de que lutaram, com armas nas mãos, para a democratização do país. Minimizou-se ou mesmo tendeu-se a esquecer que os grupos armados tinham um projeto de conquista do poder institucional e que a noção de democracia que apresentava era outra, popular, socialista, não a que passou a ser reivindicada no final da década de 70 e que começou a existir após 1985. A ideia de estabelecer uma democratização naqueles moldes, uma “democracia burguesa”, provocou enorme debate entre os presos políticos. Ora, os militantes da luta armada tinham feito a guerrilha pela revolução, não por uma “democracia burguesa”. Eles estavam presos porque lutaram para derrubar a ordem capitalista, como é que, então, agora iriam aceitar largar o projeto revolucionário, relevar todas as lutas e sofrimentos, os companheiros que foram torturados e mortos, e aceitar aquilo, mesmo que implicasse sair da prisão? Vale lembrar que uma reflexão maior sobre os limites e erros da luta armada foi iniciada pelos exilados no exterior, na França, um pouco antes de meados dos anos 70. Esse debate chegou aos presídios também, especialmente por meio da imprensa alternativa ou com as visitas e advogados que iam aos presídios, mas houve presos políticos que recusaram o que chamavam de “desbunde”. Houve uma enorme discussão nas prisões, não foi fácil, não só por uma questão de radicalismo político ou algo assim, mas porque aquela luta era um projeto de vida e sociedade para aquelas pessoas, que criam em sua causa e no que estavam fazendo. Isso é uma coisa que eu percebi muito nas entrevistas. As pessoas acreditavam na sua causa e se entregaram a ela, de corpo, aguentando todos os sacrifícios.

Para nós do século XXI, uma geração individualista, parece algo muito estranho que um grupo de jovens, lá dos anos 1960, 1970, tivesse largado tudo, família, namorada, esposa, emprego, estudo para entrar num grupo armado, visando derrubar o governo militar e criar um governo popular, e uma democracia popular, como eles diziam. Havia uma crença muito forte nesse projeto. Então os debates do final dos anos 70 ensinam mudanças nessas esquerdas, que passam a valorizar a democracia, que passam a apoiar outras causas, como das minorias. A prisão mudou os militantes, uma boa parte, pelo menos. Como de repente, uma esquerda que era muito machista, passa a valorizar as mulheres. Porque quem vai ter um papel fundamental para proteger esses presos políticos no presídio eram as mães, as irmãs, as esposas. O governo militar fiscalizava quem ia para o presídio. Se você fosse visitar um preso político, fazia uma ficha, tinha que tirar uma carteirinha. *“Por que você, que é servidor público, está indo a um presídio visitar ‘terroristas’?”* Então, você está queimado. O regime militar vigiava muito as pessoas, espionava. Então, quem é que vai visitar, apoiar os presos políticos no IPPS? As mães, as mulheres. Essa esquerda tinha o gênero como uma coisa secundária. Concebia gênero como algo abaixo da classe, inclusive. E aí, vendo a luta e o apoio das mulheres, um belo dia alguém propõe que o coletivo dos presos políticos do presídio passasse a escutar as mulheres. Foi tenso: *“Mas, não pode, as mulheres vão dizer o que nós vamos fazer? Nós que somos revolucionários, os vanguardistas da revolução, vamos ouvir agora as mulheres?”*

**Para nós do século XXI, uma geração individualista, parece algo muito estranho que um grupo de jovens, lá dos anos 1960, 1970, tivesse largado tudo, família, namorada, esposa, emprego, estudo para entrar num grupo armado, visando derrubar o governo militar e criar um governo popular, e uma democracia popular, como eles diziam. Havia uma crença muito forte nesse projeto.**

O debate foi grande, mas, no fim, eles aceitaram. Ou seja, os presos políticos, em suas trajetórias e experiências no presídio, foram mudando suas concepções de atores políticos e de indivíduos. Mudaram muita coisa. Porque esses militantes de esquerda eram muito conservadores.

Eles são herdeiros de um profundo conservadorismo que já estava presente no PCB. O Jorge Ferreira tem um livro,<sup>6</sup> que eu acho maravilhoso, que fala sobre isso. Como era rígida a questão moral para um militante de esquerda, para o comunista. Há casos, por exemplo, no PCB, de militantes que de repente traíram a mulher

serem chamados para prestar informações sobre o porquê daquele comportamento ante os comitês do partido. Beber era uma coisa inconcebível, algo inaceitável. Homossexualidade também é algo inaceitável. Eram muito machistas, homofóbicos. Eles vão mudando dentro do presídio, mudam porque precisam, porque estão refletindo, claramente, mas também mudam porque eles estão usando brechas para lutar contra ou driblar o sistema. Eles estão usando de táticas, contra a direção do presídio. E eles vão começar a perceber que muitas vezes o embate direto não é uma coisa interessante, que usar brechas do sistema permite algumas vitórias, que podem ser pequenas, mas, que no somatório geral, têm uma importância maior, já que você está dentro do presídio, como preso de um regime militar, onde você não tem nenhuma segurança. De repente um governante militar pode sair e entrar um grupo mais duro no governo, e este podem pegar os presos políticos e eliminá-los. Nada iria impedir isso, por exemplo. Então, no texto da tese, tento enxergar em jogo de táticas, recuos e avanços dos presos políticos, observando o cotidiano, da arrumação da cela ao trabalho na cozinha, da oficina de trabalho aos relacionamentos amorosos. Até nos joguinhos de futebol do fim de tarde.

**TC:** A ciência tem sido muito atacada, nos dias de hoje, nos últimos anos, principalmente. E a pesquisa da ditadura sempre foi alvo de grupos que têm visão mais conservadora, que busca esse revisionismo histórico. Dentro desse contexto, qual a importância de se

**A prisão mudou os militantes, uma boa parte, pelo menos. Como de repente, uma esquerda que era muito machista, passa a valorizar as mulheres. Porque quem vai ter um papel fundamental para proteger esses presos políticos no presídio eram as mães, as irmãs, as esposas.**

6 FERREIRA, Jorge Luiz. **Prisioneiros do mito**: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: Eduff: Mauad, 2002.

pesquisar a ditadura militar e quais são as dificuldades enfrentadas pelo pesquisador?

**Airton de Farias:** Bom, o regime militar continua muito rico para os pesquisadores, por diversos fatores. Há muita coisa ainda a se dizer, muita coisa a se abordar: sexualidade, gênero, etnias. Tudo isso. Arquivos que não foram abertos ainda e que podem permitir releituras de temas políticos. Então, é um campo muito rico para pesquisadores. Outro elemento é que a ditadura é uma história, em certo sentido, não resolvida. Deixou várias pendências que ainda hoje repercutem em nossa sociedade. O fim do regime deu-se em um grande acordo entre militares e grupos civis liberais e conservadores, pelo qual não se puniu os crimes praticados pelos agentes da repressão – nem foram reconhecidos ou esclarecidos. Como se não bastasse a impunidade, até hoje as Forças Armadas não apontaram o destino das pessoas mortas sob sua responsabilidade. Basta ver a tremenda má vontade em colaborar com a Comissão da Verdade e como logo acusa de “revanchismo” qualquer esforço ou ação para saber onde estão os restos dos desaparecidos políticos. Depois do fim do regime, passou a prevalecer, como diz o historiador Marcos Napolitano, memórias de conciliação acerca da ditadura, ou minimização e mesmo esquecimento do que se deu. E assim o foi durante muito tempo, o assunto sendo pouco abordado em sociedade, com exceção dos meios acadêmicos e pesquisadores. Por exemplo, trabalhei por muito tempo em cursinhos para vestibular e Enem<sup>7</sup> e lembro que quando dava aula sobre a ditadura militar, a grande curricular era de apenas duas aulas. Ou seja, tinha 120 minutos, na verdade, para falar sobre um assunto tão complexo quanto esse para um aluno que está mais preocupado com dicas do Enem, do vestibular do que, logicamente, em ter compreensão mais ampla e das implicações e debates acerca do tema. A imprensa muitas vezes contribuiu para uma visão estereotipada da ditadura, para a consolidação do mito da resistência democrática, de como se toda a sociedade e a própria mídia tivesse o tempo todo se oposto resistido ao arbítrio, quando, na verdade, boa parte dos periódicos havia apoiado o golpe de 64 e hipotecado, por certo período, pelo menos, solidariedade ao regime, sobretudo, no

---

7 Exame Nacional do Ensino Médio.

combate aos grupos armados de esquerda. Então, em rigor, pouco discutia-se com profundidade ou falava-se sem escapar às estereotípias. Há questões a serem resolvidas. E, nos últimos anos, incrementou-se um grande embate de memórias. Para além disso, ganhou corpo todo um discurso negacionista acerca da ditadura. Não bastava esquecer o regime – agora, ele passou a ser exaltado. Mas é debate rasteiro, sem muita fundamentação, com erros grosseiros ou aberrações que não resistem aos trabalhos historiográficos. Não por acaso, esses grupos negacionistas tentam a todo custo desmerecer os pesquisadores, atacar a pesquisa da área das ciências humanas. Os historiadores incomodam. Colocam a sociedade na terapia. Há vários pesquisadores, como minha ex-orientadora, a Janaína Cordeiro<sup>8</sup>, que tem aprofundado os estudos sobre as relações da sociedade com a ditadura, que a noção, bastante difundida de “porões da ditadura”, deve ser melhor entendida, porque havia vários segmentos da sociedade que sabiam o que estava acontecendo e apoiavam, afinal, estavam sendo torturados “apenas comunistas e subversivos”. Então, a universidade e os historiadores, com rigor metodológico e, sobretudo, com ética, com compromisso com a ciência e tendo como referência se aproximar o máximo da verdade, continuam sendo importantes para a sociedade.

**TC:** Falando, ainda, dessas disputas de memórias, em um artigo muito recente, de julho de 2020, publicado na Revista Brasileira de

**A imprensa muitas vezes contribuiu para uma visão estereotipada da ditadura, para a consolidação do mito da resistência democrática, de como se toda a sociedade e a própria mídia tivesse o tempo todo se oposto resistido ao arbítrio, quando, na verdade, boa parte dos periódicos havia apoiado o golpe de 64 e hipotecado, por certo período, pelo menos, solidariedade ao regime, sobretudo, no combate aos grupos armados de esquerda**

---

8 Janaína Martins Cordeiro é professora adjunta de História Contemporânea do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF. Autora dos livros: CORDEIRO, Janaína Martins de. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. CORDEIRO, Janaína Martins de. **Direitas em movimento**: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, entre outros.

História e Ciências Sociais, o artigo *Luta armada das esquerdas e Justiça: estudo de caso de São Benedito*. Gostaríamos que você aprofundasse um pouco essa discussão sobre as disputas de memórias a partir desse estudo de caso de São Benedito.

**Airton de Farias:** São Benedito é uma cidade do Ceará, na divisa com Piauí, onde um grupo de militantes da ALN, em agosto de 1970, “justiçaram”, assassinaram um comerciante chamado Antônio Armando Rodrigues. Esse comerciante era acusado por um militante, morador de São Benedito, de ter uma lista com o nome dos integrantes da organização revolucionária. O comerciante estaria disposto a entregar a lista para os órgãos de repressão. Isto é, o comerciante era um perigo para o projeto da ALN no estado. Então, a organização o sequestrou e o assassinou. Após o crime, dois militantes da ALN foram presos. A seguir, toda a organização também caiu, foi desbaratada no Ceará. Então, São Benedito é o começo do fim da luta armada no Ceará porque, até então, não tinha sido preso nenhum militante da guerrilha em Fortaleza. Daí em diante, os ativistas começaram a cair como um castelo de areia. Na verdade, o que houve foi uma maior organização do aparato repressor, que, por outro lado, recorria sistematicamente à tortura dos militantes. Esses grupos armados eram muito frágeis, e quando o regime militar se organizou minimamente, a repressão os aniquilou. Mas depois do “justiçamento”, ganhou corpo uma versão de que o comerciante era inocente. O comerciante teria tido um namoro com a filha do militante de São Benedito. Furioso, o militante teria feito, então, em represália, a acusação de que o comerciante tinha a tal relação dos nomes da ALN. Em outras palavras, usou a organização revolucionária para uma questão passional e pessoal. Isso criou um trauma para as esquerdas locais. Durante muito tempo o assunto foi silenciado. Lentamente, começou a ser abordado, no começo da década passada. No entanto, percebo no episódio todo um embate de memórias por parte dos militantes. Buscam individualizar as responsabilidades e enfatizam o aspecto passional, relevando uma ação que foi feita motivada por um sentido que se imaginava político à época do acontecimento. Porque o propósito original do justiçamento era de cunho político, eliminar um inimigo da revolução. No instante em que os militantes enfatizam

o foco passional, enfatiza-se uma memória confortante. É memória reconfortante para os indivíduos no seu processo de inserção social, ou inserção política posterior. Estão dando a entender que agiram não por uma questão política, mas porque estava sendo manipulados por uma questão passional.

Então, nesses casos controversos, para além de tentar se aproximar do que aconteceu, o historiador deve buscar compreender as “verdades” e versões em disputas. É tanto a ênfase na memória reconfortante que mesmo os militantes que reconhecem no crime aspectos políticos, geralmente ressaltam as acusações de que o comerciante era má pessoa, um agiota etc. Então, há toda uma memória construída para relevar ou justificar o justicamento, uma ação desastrosa, custou a vida de uma pessoa e agastou a imagem das esquerdas, cada vez mais isoladas socialmente. Em dois meses, quase toda luta armada no Ceará estava findada e o crime teve enorme impacto negativo junto à opinião pública. Tão problemático esse “caso de São Benedito” e suas implicações que, quando estava no mestrado, cheguei a ser ameaçado de processo. Um dos temas que faltam ser melhor abordados por pesquisas no Brasil são os justicamentos. Os estudos são pouco ainda, porque se teme, imagino, que trabalhar essas questões pode dar margem para que os conservadores justifiquem o regime militar. A meu ver, esse medo não tem razão de ser. Primeiramente, porque os que fizeram o justicamento foram presos, pegaram uma pena muito grande, não ficaram impunes, ao contrário dos torturadores, anistiados em 1979. Depois, não era preciso ditadura para combater luta armada ou os assassinatos cometidos por esta. Dentro de um Estado democrático, crimes são perfeitamente tratáveis e puníveis, com o devido respeito aos direitos humanos.

**TC:** De que forma você percebe que a pesquisa pode ser afetada ou não pela presença da direita e seu discurso revisionista no Brasil?

**Airton de Farias:** O que assusta, na verdade, é o crescimento de um negacionismo. Porque a mudança nas interpretações e abordagens historiográficas é algo comum e possível. A história é filha de seu tempo, dizia aquele famoso historiador. Então, há novos olhares, novas metodologias, novas técnicas, novas interpretações que per-

mitem aprofundar, olhar melhor, repensar determinadas questões. A mudança da interpretação ou a ampliação dos olhares interpretativos são normais dentro do campo da história. A questão do negacionismo é que ele é a-histórico, no sentido de que vai contra toda a postura metodológica e ética que deve orientar um pesquisador de história compromissado. Usando de desonestidade intelectual, trazem alguns pontos históricos até fundamentados, mas, a seguir, distorcem, omitem, manipulam, silenciam. Há autores negacionistas que chegam a apontar como teria ficado o Brasil se não tivesse ocorrido o golpe de 64, quantas pessoas iam morrer. O cidadão levanta uma tese em cima de uma possibilidade do que não aconteceu. É muito “se”, né? Chega a ser risível. Os negacionistas, ao fazerem um texto, já apresentam o fim ao qual querem chegar. O que não interessa, é descartado, sequer levado em consideração, pois vai contra o objetivo, que não é da produção historiográfica, mas de agradar e justificar os projetos de poder ou mesmo razões pecuniárias. A desonestidade intelectual virou fonte de dinheiro. Contando com espaços na mídia ou estruturando redes sociais, o negacionismo está provocando um desastre em termos de conhecimento de história junto a muita gente. Então, os historiadores devem também entrar nesse jogo de ocupar mídias. Confio no nosso time, porque o outro, dos negacionistas, é fraquinho, só engana, tem falhas absurdas que não se sustentam quando são confrontados

**A mudança da interpretação ou a ampliação dos olhares interpretativos são normais dentro do campo da história. A questão do negacionismo é que ele é a-histórico, no sentido de que vai contra toda a postura metodológica e ética que deve orientar um pesquisador de história compromissado. Usando de desonestidade intelectual, trazem alguns pontos históricos até fundamentados, mas, a seguir, distorcem, omitem, manipulam, silenciam.**

com os trabalhos dos colegas historiadores. Devemos ir para os espaços públicos, escolas, redes sociais, *lives*, livros didáticos, e-books. Esse é um jogo que a História e os historiadores não podem perder.

**TC:** Airton, quais as principais dificuldades que você enfrenta ao pesquisar a ditadura? Fora o acesso ao acervo, há ainda outras

dificuldades que os pesquisadores podem encontrar?

**Airton de Farias:** Primeiramente, essa questão das fontes é algo que é um grande obstáculo porque nós precisamos delas, seja para alargar o que nós sabemos, seja para

retificar, reinterpretar questões, muitas vezes. Então, o não acesso aos arquivos da ditadura continua sendo um problema. Embora uma coisa interessante tenha ocorrido no Brasil – com a formação de comissões para indenizar os perseguidos da ditadura, vários destes ou seus parentes, para fundamentar os pedidos, passaram a colher, juntar documentos os mais variados. Surgiu o que foi chamado pelo Carlos Fico de “antidossiês”.<sup>9</sup> Existiam os dossiês, feitos pela comunidade de informação da ditadura, para investigar as pessoas. E agora, há os “antidossiês”, montados pelos próprios ex-presos políticos, mas com um sentido inverso, denotando e comprovando o autoritarismo e os crimes da ditadura. No caso do Ceará, a Associação Anistia 64/68 conseguiu muitos documentos sobre presos políticos, sobre o regime militar no estado. Esses documentos ainda não foram estudados por completo – creio que nem totalmente sistematizados. Por exemplo, os documentos sobre o PCB no Ceará, antes do golpe de 64, até onde sei, estão todos na Associação esperando, avidamente, que um historiador vá catalogar, sistematizar, fichar, compreender. Estudar o PCB no Ceará é uma coisa interessante. Ainda sobre as dificuldades das pesquisas, há questões sensíveis no que toca a tratar questões traumáticas e sensíveis. Nem todas as pessoas que foram alvos da ditadura estão dispostas a falar. Porque há, para além do político, fatores que envolvem violências sexuais ou aspectos como das delações ou das pessoas que vieram a público, na imprensa da época, mostrarem-se arrependidas dos “crimes terroristas” praticados. Uma barra tratar disso! E há ainda questões de outras complexidades, como a dos indivíduos que colaboraram

**Contando com espaços na mídia ou estruturando redes sociais, o negacionismo está provocando um desastre em termos de conhecimento de história junto a muita gente. Então, os historiadores devem também entrar nesse jogo de ocupar mídias.**

9 FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

com o regime na violação de direitos humanos. Criou-se, no senso comum, uma visão de que o torturador é um indivíduo anormal, um psicopata que estava quase que como isolado da sociedade. Aí você começa a investigar que o torturador era um “doce de vizinho”, que não faltava a uma missa no domingo, um tiozinho legal, que dava bombom para as crianças. Estudar a ditadura traz consigo incômodos e faz pensar a sociedade, seu autoritarismo. Externam-se as entranhas da sociedade e se percebe que as coisas não são tão simples ou bonitas de se saber. Muita gente fica irritada porque o historiador toca aspectos que não são interessantes para o presente. O historiador toca nos pilares da memória hegemônica de relevar, esquecer ou idealizar a ditadura e seus diversos atores.

**TC:** Qual conselho você daria para um jovem iniciante que queira pesquisar essa temática da ditadura?

**Airton de Farias:** Bom, eu creio que a primeira coisa numa pesquisa é o recorte – saber o que exatamente se quer pesquisar e em qual período. Depois, existem fontes, documentos, que permitam a produção da pesquisa? As fontes são acessíveis? Uma pesquisa com tema local deve ser mais fácil, pela questão do acesso às fontes. Por exemplo, no Arquivo Público estadual nós temos documentos, não todos, sobre o SEI, Serviço Estadual de Informação, que era, como o nome diz, um órgão local de espionagem dos “subversivos”. Os arquivos do SEI tratam de vários temas, desde eleições até greves operárias e mobilizações estudantis. Tendo as fontes, deve-se saber

**Externam-se as entranhas da sociedade e se percebe que as coisas não são tão simples ou bonitas de se saber. Muita gente fica irritada porque o historiador toca aspectos que não são interessantes para o presente. O historiador toca nos pilares da memória hegemônica de relevar, esquecer ou idealizar a ditadura e seus diversos atores.**

como usá-las da melhor forma possível, entender suas “armadilhas” e todo o cuidado que se deve ter. Em outras palavras, conhecer metodologia. Paralelo a isso, fazer o levantamento bibliográfico: quais são os livros, os historiadores que escreveram ou pesquisam sobre o assunto. Ou seja, se inteirar do debate historiográfico e conhecer

o assunto. Hoje, há uma gama de excelentes trabalhos acadêmicos, produções de nomes como Carlos Fico, Marcelo Ridenti, Marcos Napolitano, Denise Rollemberg, Sônia Menezes, Janaina Cordeiro, Rodrigo Patto Sá, só para citar os mais famosos. A internet aqui ajuda muito. Parece algo até natural: conhecer bem o tema permite que o historiador questione, problematize em sua pesquisa, faça perguntas aos documentos que têm em mãos. No começo, isso é verdade, parece algo difícil. A angústia bate por vezes. Mas é um caminho que se faz ao andar. Ou seja, comece, leia, escute os orientadores, veja palestras. Escreva. Escreva muito. Faça um borrão com tudo que você pensa, viu, refletiu sobre o assunto. É incrível como depois que a pesquisa for avançando, como esse borrão e as reflexões ajudam na produção do texto final. Porque à proporção que você vai estudando, lendo trabalhos, os artigos, escrevendo, você vai pensando, refletindo no que pode ser feito. Porque tem que ter certa calma para pesquisar. Não é de uma hora para outra. Isso é uma angústia dos alunos, eu compreendo – nós já tivemos numa graduação também um dia [risos]. A pesquisa requer atenção, requer tempo, compromisso, dedicação, esforço. Talvez por isso seja tão prazeroso e reconfortante quando encerramos uma pesquisa. O orientador, para além de apontar reflexões sobre a pesquisa e fazer as cobranças necessárias de cada programa da universidade, tem o papel importantíssimo de ajudar na estabilidade emocional do orientando.

**TC:** Professor Airton, você é um educador, inclusive com material didático voltado para a educação básica. Que dicas você daria para as professoras e professores de história ao abordar essa temática em sala de aula, nesse momento de negacionismo?

**Airton de Farias:** Não está fácil. Eu tenho notícias de vários colegas que estão sendo pressionados a não abordar certas questões, e pior, vendo-se obrigados a fazer a autocensura. Em algumas escolas de alunos de melhor condição econômica, professores temem abordar temas que desagradem, o que, por sinal, traz enormes prejuízos para a aprendizagem. Não há uma solução mágica para esse problema, porque a escola não está obviamente desligada do resto da sociedade, em que muitos indivíduos fazem campanha sistemática

contra os professores e, particularmente, contra as ciências humanas. Mas acredito que os professores devem continuar apostando no conhecimento. Sabendo que um tema vai incomodar. Acredito que temos que estar bem preparados para rebater os negacionistas. Acredito que temos até uma vantagem aí. O negacionismo tem aberrações, erros, manipulações e distorções que não resistem às pesquisas e aos trabalhos produzidos por historiadores. Então, o professor deve conhecer o que falam os negacionistas e estar já preparado para, com elegância e tranquilidade, mostrar o que mostram pesquisadores que dedicam suas vidas a estudar certos temas. O feitiço vira contra o feiticeiro. O problema é que esses grupos não estão interessados, de fato, em aperfeiçoar o conhecimento historiográfico. Querem uma história para justificar políticas de ódio, intolerância e preconceito. A dificuldade de combater os fake news é que tem gente que quer acreditar nas mentiras ali contidas. Então, de novo, é uma questão muito mais complexa, que está para além da escola apenas. Diria que problema de processo civilizatório. Nós estamos em um país em que a mentira é aceita, é endossada, é propagada pelo presidente da república, por ministro de Estado. Estamos criando uma sociedade de mentirosos, de indivíduos que aceitam a mentira e manipulação do conhecimento, desde que atenda aos seus interesses políticos, partidários, religiosos. Isso é doentio e não pode jamais ser tolerado ou aceito por professores, historiadores e demais colegas das ciências humanas. Nós temos um compromisso ético com a pesquisa e com a história. Nisso que reside nossa credibilidade e está o calcanhar de Aquiles desses negacionistas. Sei que para os professores do ensino básico a situação é bem mais complicada, até mesmo pelas dificuldades do mercado de trabalho. Mas a nossa postura passa pela defesa do conhecimento e de estarmos preparados para bem abordar um tema “delicado” desses em sala de aula. O livro é caro e a qualificação dos professores não é uma prioridade por parte de governantes. Mas, do mesmo modo que há vários sites que difundem coisas absurdas, há muita coisa legal sendo produzida na internet. Por exemplo o *Café História*<sup>10</sup> é um site maravilhoso. Nós temos o Paulo César Gomes,

10 Portal de Divulgação Científica de História criado em 2008. <https://www.cafehistoria.com.br>

o PC, tem um trabalho *História em quarentena*,<sup>11</sup> que é um canal do YouTube com vários e renomados historiadores abordando temas bem recentes da academia, pesquisas interessantíssimas. Então, diante do que estamos vivendo, acredito que o professor não deve deixar de abordar os temas “delicados”, mas, sim, preparar-se bem, com conhecimento para os questionamentos. O jogo é duro. Mas, como disse, acredito no nosso time.

**TC:** A gente tem tido muito essa discussão sobre o governo de transição do período ditatorial para o período de redemocratização, e que isso pode ter interferido na construção de uma memória, um pouco falha, um pouco frágil com relação ao período da ditadura civil militar. A construção dessa memória histórica foi sendo forjada nesse período de transição, e isso chega até hoje de uma forma que a gente está aos poucos se assustando. Como você avalia essa questão?

**Airton de Farias:** Esses grupos extremistas não apareceram do nada. Eles já existiam, e há muito tempo, e não foram levados a sério. Eram tratados como exóticos. A própria universidade está dando mais atenção a esses extremistas de direita agora. Estudaram-se muito os movimentos sociais e democráticos e relevou-se a direita. Claro que é mais charmoso e atraente estudar quem defendia a democracia, a liberdade etc., do que dedicar a vida acadêmica a grupos racistas e intolerantes. Então, talvez essa falta de mais estudos tenha dificultado a compreensão de como tais grupos conseguiram tanta capilaridade nos últimos anos. E aí há vários fatores que podem explicar a “onda conservadora”. Na minha praia, no meu tema

**Nós estamos em um país em que a mentira é aceita, é endossada, é propagada pelo presidente da república, por ministro de Estado. Estamos criando uma sociedade de mentirosos, de indivíduos que aceitam a mentira e manipulação do conhecimento, desde que atenda aos seus interesses políticos, partidários, religiosos. Isso é doentio e não pode jamais ser tolerado ou aceito por professores, historiadores e demais colegas das ciências humanas.**

---

11 Projeto surgido em março de 2020 durante o período de isolamento social devido à pandemia do Covid19, abordando temas históricos em diferentes plataformas digitais, como Youtube e Facebook. <https://www.historiaemquarentena.com>.

de estudo, ditadura, entendo que, no pós-regime, as memórias de conciliação, esquecimento e minimização do que aconteceu tem sua contribuição. Talvez pela própria cultura política do país, de conciliação, a ditadura não foi discutida a contento, afinal, isso poderia implicar trazer à tona questões incômodas, a exemplo dos torturadores, dos grupos que apoiaram e contribuíram com a repressão etc. Não foi debatido, não se puniu os crimes da ditadura e nem houve sequer uma discussão sobre o que aconteceu, o que poderia trazer, se não uma punição legal, mas, pelo menos, uma repreensão moral, de como indivíduos a exemplo de Ustra<sup>12</sup> praticaram barbaridades. Entendo como um momento emblemático para os grupos extremistas e suas narrativas negacionistas a chegada de Lula ao comando do país em 2003. Por mais que os governos de Lula e Dilma tenham sido moderados, a oposição conservadora passou a usar de todos os meios para desqualificá-los, para o que, claro, contribuíam os próprios equívocos daqueles governantes. Um dos meios para tanto foi revitalizar ou incrementar um dos discursos mais clássicos da política brasileira, o anticomunismo. Nessas manobras, abriram-se brechas, então, para memórias que exaltavam a ditadura, que havia impedido que o *“comunismo tivesse sido implantado no Brasil em 64”*. Na eleição de Dilma, em 2010, a acusação da então candidata como *“terrorista comunista”* foi usada por seus adversários. Quando veio, então, a Comissão da Verdade, de 2012, o discurso anticomunista avançou ainda mais, sob a argumentação que era um ato de *“revanchismo”*, palavra que os militares sempre usaram quando indagados sobre a apuração dos crimes cometidos pelas Forças Armadas na ditadura. Estruturava-se aí o que chamo de um *“Frankenstein conservador”*, a união de militares extremistas, especialmente da reserva, grupos liberais e conservadores, neointegralistas, setores cristãos neopentecostais e católicos os mais reacionários. O anticomunismo/antiesquerdismo/antipetismo uniu as diversas frações das direitas na exaltação da ditadura, que chegou a ser chamada, não por acaso, por certo jornal, de *“ditabranda”*.

---

12 Carlos Alberto Brilhante Ustra foi coronel do Exército brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI II Exército, um dos órgãos mais atuantes no período do regime ditatorial. Tornou-se mais conhecido pela apologia de Jair Bolsonaro à sua pessoa, durante a votação do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, numa clara alusão à tortura.

Em 2013, ante um governo que não pôde ou não soube atender ou responder às demandas de diversos grupos da sociedade, o discurso anticomunista somou-se a um velho parceiro, o discurso contra a corrupção, usados pelas direitas com mais ênfase ainda. Passou-se a valorizar, inclusive, não só o golpe de 64 e a ditadura, mas até a intencionalidade comunista de 1935, que tem toda uma importância para a construção do imaginário anticomunista no Brasil, particularmente das Forças Armadas. Então, apoiando-se na internet, nas redes sociais e depois, nos grupos de WhatsApp, ganhou corpo uma diversidade de discursos negacionista e teorias conspiratórias exaltando a ditadura, os torturadores, dizendo que era uma “época maravilhosa” etc. Para além disso, haveria um complô comunista se infiltrando na sociedade, querendo destruir a família, a religião, os bons costumes... Um discurso adaptado do que já era dito nos anos 60 e 70 por elementos extremistas de direita. Um dos argumentos usados por policiais e militares nos atentados feitos quando da abertura da ditadura no final da década de 70 é que o movimento pela democratização do Brasil contava com a infiltração de comunistas para, enfim, implantar o socialismo no país, após perderem a luta armada. Nos anos 1930 já circulavam frases de que “*nossa bandeira jamais será vermelha*”. E aí, em 2018 tivemos a eleição de Bolsonaro, com um discurso de “livrar o Brasil do comunismo” e exaltar os ditadores militares, apropriando-se de palavras caras aos integralistas, Deus, Pátria, Família.

**TC:** Professor, poderia falar um pouco sobre as suas perspectivas futuras de pesquisa?

**Airton de Farias:** Estou pretendendo iniciar uma pesquisa de pós-doutorado, no pós-pandemia [risos]. Continuo na ditadura civil-militar, mas agora estudando a extrema-direita, que realizou vários atentados a bomba no processo de abertura da ditadura, final dos anos 70. No caso, os atentados feitos por um grupo chamado Movimento Anticomunista (MAC) em Fortaleza. É um grupo muito peculiar, porque foi o único grupo extremista do Brasil à época, até onde sei, que foi preso. Foi detido pelo próprio governo militar, inclusive. Então, compreender esse grupo pode me permitir reflexões mais complexas

e novos olhares. Primeiramente, entender melhor a relação da sociedade com a ditadura. Esse grupo era formado por universitários. Agiu no final dos anos 1970, quando se estruturava o mito da resistência democrática da sociedade. Também uma reflexão acerca da ideia do poder jovem, de certo senso comum, de ver a juventude como revolucionária, de esquerda, opositora à ditadura. O MAC mostra que havia uma juventude de direita já à época, tão radical que fez atentados a bomba para manter a ditadura. Essa é uma pesquisa que eu estou engatinhando, iniciando, muito sedutora, e que espero que dê bons frutos do conhecimento.





Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT,  
em e-book formato pdf, com 244 páginas  
Março de 2021

**Saiba como adquirir o livro  
completo no site da SertãoCult**

[www.editorasertaocult.com](http://www.editorasertaocult.com)

Editora

**SER  
TÃO  
CULT**

Série  
Território  
Científico



Em 2021, 57 anos nos separam do início de um dos períodos mais sombrios da História brasileira. Apesar de mais de meio século ter se passado, nunca a ditadura civil militar esteve tão presente em nossas vidas, com a nova ascensão de uma ideologia política que apela para o extremismo nos moldes fascistas. Parece anacronismo, mas não há termo melhor para definir um grupo político que defende posicionamentos contrários à democracia, aos direitos básicos dos cidadãos, à existência de minorias, segundo o qual deve “se curvar ante a maioria”.

Em nenhum momento se produziu tanto conhecimento sobre a ditadura, felizmente, na maioria dos casos, conhecimento sério, embasado em fatos, em pesquisa, em reflexões coerentes. Em meio ao turbilhão negacionista e anticientífico, o trabalho dos onze entrevistados neste livro se mostra fundamental, pois produzir ciência nos dias atuais é, sim, um ato de resistência. Diante disso, nada melhor do que iniciarmos a série Território Científico com este tema tão atual e tão fundamental, afinal, a História, com agá maiúsculo, mais do que nos ajudar a registrar quem nós somos como povo, nos obriga a lembrar daquilo que preferiríamos esquecer, mas que não podemos, se quisermos preservar nossa humanidade.

*Antonio Jerfson Lins de Freitas*

*Marco Antonio Machado*

**Coordenadores da Série Território Científico**

ISBN 978-658742990-8



9 786587 429908